

Educação, Movimentos Sociais e Mulheres: Redes de Articulação e Resistência

Education, Social Movements and Women: Articulation and Resistance Networks

Educación, movimientos sociales y mujeres: Redes de articulación y resistencia

Philippe Pomier Layrargues¹

Cleonice Puggian²

Anne Kassiadou Menezes³

Resumo

Este artigo apresenta uma análise dos trabalhos apresentados no Grupo de Discussão de Pesquisa Educação Ambiental e Movimentos Sociais, que ocorreu durante o X Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental, realizado em Sergipe, em agosto de 2019. Foram analisados seis artigos submetidos para apresentação, assim como o registro de dois diálogos presenciais que ocorreram durante o evento. Cinco estados brasileiros estiveram representados: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso e Sergipe, com participantes provenientes de seis instituições: UNIRIO, UFES, Instituto Sapê do Norte, UFJF, UFMT e UFS. Identificamos sete temáticas emergentes que foram abordadas pelos autores: territórios, feminismos e ecofeminismos, racismo ambiental, conflitos ambientais, paleontologia, desenvolvimento sustentável e poética(s). Dessas temáticas, a ação das mulheres e a dimensão pedagógica da luta ambiental foram as mais proeminentes. Análises apontam que a questão ambiental não se reduz à adoção de novos comportamentos domésticos e privados, mas, sobretudo, à participação política na esfera pública em busca de conquista de direitos.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Movimentos Sociais. Ecologia Política. Justiça Socioambiental. Ecofeminismo.

Abstract

This article presents an analysis of six papers and two face-to-face meetings of the Environmental Education and Social Movements Research Discussion Group, during the 10th Environmental Education Research Meeting, held in Sergipe, in August 2019. Five Brazilian states were represented: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso and Sergipe, with participants from six institutions: UNIRIO, UFES, Sapê do Norte Institute, UFJF, UFMT and UFS. We identified seven emerging themes that were addressed by the authors: territories, feminisms and ecofeminisms, environmental racism, environmental conflicts, paleontology, sustainable development and poetics. Of these themes, women's action and the pedagogical dimension of environmental conflicts were the most prominent. Analyzes show that environmental challenges should not be faced only by the adoption of domestic and private behaviors, but above all, by political participation in the public sphere and the protection of rights.

Keywords: Environmental Education. Social movements. Political Ecology. Social and Environmental Justice. Ecofeminism.

¹ Biólogo. Doutor em Ciências Sociais (Universidade Estadual de Campinas). Professor Adjunto da Universidade de Brasília (UnB) e Pesquisador Associado do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ). philippe.layrargues@gmail.com

² Pedagoga. Doutora em Educação (Universidade de Cambridge). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação/UERJ-FEBF. Coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Educação, Natureza e Sociedade (LabPENSo). Bolsista FAPERJ (Jovem Cientista do Nosso Estado). E-mail: cleo.puggian@gmail.com.

³ Gestora Ambiental. Doutora em Educação (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Pesquisadora Associada do Grupo de Estudos em Educação Ambiental Desde el Sur (GEASUR - UNIRIO) e consultora. annekmenezes@hotmail.com

Resumen

Este artículo presenta un análisis de los trabajos presentados en el Grupo de Discusión de Investigación sobre Educación Ambiental y Movimientos Sociales, que tuvo lugar durante la 10ª Reunión de Investigación sobre Educación Ambiental, celebrada en Sergipe, en agosto de 2019. Se analizaron seis artículos presentados para su presentación, así como como el registro de dos diálogos cara a cara que tuvieron lugar durante el evento. Estuvieron representados cinco estados brasileños: Río de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso y Sergipe, con participantes de seis instituciones: UNIRIO, UFES, Instituto Sapê do Norte, UFJF, UFMT, UFS. Identificamos siete temas emergentes que fueron abordados por los autores: territorios, feminismos y ecofeminismos, racismo ambiental, conflictos ambientales, paleontología, desarrollo sostenible y poética(s). De estos temas, la acción de las mujeres y la dimensión pedagógica de la lucha ambiental fueron las más destacadas. Los análisis muestran que el problema ambiental no se reduce a la adopción de nuevos comportamientos domésticos y privados, sino sobre todo a la participación política en la esfera pública en busca de derechos ganadores.

Palabras clave: Educación ambiental. Movimientos sociales. Ecología Política Justicia social y ambiental. Ecofeminismo.

1 Introdução

Em agosto de 2019, o campus de São Cristóvão da Universidade Federal de Sergipe acolheu a décima edição do Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (X EPEA), evento que reúne os coletivos de pesquisadores brasileiros vinculados ao campo científico da Educação Ambiental. A sistemática do evento foi a mesma adotada nas edições anteriores, quer seja, a programação oficial contou com os clássicos Grupos de Discussão de Pesquisa (GDPs) e suas duas tardes de encontro presencial, onde se oportuniza um fértil diálogo entre os presentes, refletindo-se sobre as construções e compreensões dos movimentos sociais e sua interface com a Educação Ambiental.

O presente relato apresenta os sentidos dos debates realizados no âmbito do GDP *Educação Ambiental e Movimentos Sociais* e encontra-se organizado em três blocos: o primeiro traz o perfil dos trabalhos apresentados, o segundo retrata o teor dos debates realizados nas duas sessões presenciais do GDP, e o terceiro busca analisar e interpretar os sentidos da reflexão acerca da relação entre Educação Ambiental e Movimentos Sociais.

2 O perfil dos trabalhos do GDP Educação Ambiental e Movimentos Sociais

Em 2019, o GDP recebeu seis artigos, uma expressiva queda de trabalhos apresentados com relação à IX edição do EPEA, que contou com treze artigos. Do total de dezesseis autores, doze eram mulheres, o que mostrou convergência com a temática de gênero, bem representada nos debates. Cinco estados brasileiros estiveram representados nessa edição: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso e Sergipe, provenientes de seis instituições: UNIRIO, UFES, Instituto Sapê do Norte, UFJF, UFMT, UFS. Identificamos sete temáticas centrais, sendo quatro já conhecidas do GT (territorialidade, feminismos e ecofeminismos, racismo ambiental e conflitos ambientais) e três novas (paleontologia, desenvolvimento sustentável e poética).

O trabalho *Educação Ambiental, Justiça Ambiental e o papel da mulher na discussão de temas pertinentes ao desenvolvimento sustentável*, de Tamires Aparecida Batista de Oliveira e Dinamara Garcia Feldens (2019) articula a inserção da mulher na temática da sustentabilidade pela perspectiva da justiça socioambiental, partindo da premissa do processo histórico do patriarcado que fundou o presente quadro da desigualdade de gênero.

As autoras, explorando a concepção essencialista do Ecofeminismo, pontuam que existe uma relação visceral de proximidade entre mulher e natureza, por conta dos processos biológicos de reprodução se refletirem da natureza à mulher, colocando-as como entes

equivalentes. Nessa condição de vínculo sensível entre mulher e natureza, representariam sujeitos protagonistas por excelência na defesa ambiental.

Oliveira e Feldens (2019) lembram, ainda, da construção cultural do imaginário do poder do patriarcado, que instituiu o paradigma da convergência simbólica entre mulher com natureza e homem com cultura: sendo a cultura superior à natureza, como a forma civilizada que domesticou o selvagem, tanto a mulher como a natureza são inferiorizados e se tornam objetos de controle e dominação, com seus respectivos processos de opressão e exploração. É a partir desse quadro, então, que se visualiza a importância da participação da mulher no enfrentamento da questão ambiental, posto que o combate ao patriarcado corresponderia à libertação da mulher e da natureza em relação ao poder masculino. Tornam-se tarefas simultâneas, então, mesclando a luta ambiental com a luta feminista, para extirpar pela raiz a lógica destrutiva estrutural.

Em outras palavras, para Oliveira e Feldens (2019) o que isso significa é que as mulheres têm, *naturalmente*, um interesse especial no engajamento da luta ambiental. E, com esse pano de fundo que investe no feminino, uma responsabilidade *natural* pela proteção da natureza, as autoras sinalizam a existência de grupos feministas que vêm integrando debates e campanhas em prol da conscientização ambiental, e desenvolvem, no Brasil, importante trabalho a favor do meio ambiente, por meio de movimentos como a Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade.

O artigo *Movimentos ecologistas de mulheres e Ecofeminismos: alternativas e apontamentos para Educação Ambiental de Base Comunitária*, de Carolina Alves Gomes de Oliveira, Bárbara Pelacani e Celso Pereira Sanchez (2019), também discorreu sobre a questão do ecofeminismo, a partir do diálogo entre a Educação Ambiental de Base Comunitária (EABC) e os movimentos Ecologistas de Mulheres. A meta dos autores, aqui, é de buscar, nas experiências das resistências e práticas ambientais comunitárias onde as mulheres têm presença preponderante, as bases para se pensar em processos pedagógicos alternativos que caminhem no sentido da emancipação comunitária e da superação das desigualdades sociais, ambientais, raciais e de gênero.

Nesse caminho, Oliveira, Pelacani e Sánchez (2019) levantam alguns temas que aparecem como contribuições do acúmulo desses movimentos para a EABC, entre eles: a crítica radical à crise ambiental; a concepção de outras formas possíveis de sustentabilidade; a noção da luta ambiental como luta pelo bem comum e o resgate dos saberes ambientais na cultura popular. É a partir da Educação Ambiental de Base Comunitária (EABC), que as comunidades locais desempenham um papel crucial nas práticas pedagógicas, que as resistências comunitárias abrem as portas para uma série de experiências que trazem à tona a participação de atores sociais, individuais e coletivos, nem sempre reconhecidos como *ambientalistas*, mas que desempenham um papel estratégico na *sustentabilidade* dos seus territórios.

E é entre esses atores invisibilizados que estão as mulheres, cuja existência se manifesta presente e permanente diante dos processos que ameaçam a manutenção da vida, em suas mais diversas formas. Nesses conflitos de origem popular é possível observar a constante participação das mulheres como líderes e articuladoras comunitárias.

Oliveira, Pelacani e Sánchez (2019) assinalam que a América Latina ainda possui grande diversidade de comunidades tradicionais, onde a identidade comunitária se faz presente como um valor importante a ser mantido e defendido, o que acaba por fortalecer a luta dessas comunidades. A luta em defesa da preservação das riquezas ambientais e pela sobrevivência das comunidades e de seus modos de subsistência, ao longo da história, sempre contou com a participação das mulheres, principalmente nos países mais pobres.

Em meio aos processos de intensificação da exploração ambiental, a precarização do trabalho de cuidados e manutenção da vida, tidos socioculturalmente como incumbência das mulheres, fazem dessas atrizes sociais vítimas, mas, também, lideranças na resistência. Essa

tendência é acirrada quando nos referimos aos países empobrecidos, onde a colonização intensificou os processos de dominação sobre as mulheres e a natureza. Nesses dualismos podemos identificar a dicotomia entre corpo e mente, cultura e natureza, homem e mulher, a relação entre os dois componentes deixa de ser entendida como complementar e passa a ser concebida sob a perspectiva da dominação e da competição. Assim, o homem é superior à mulher, assim como a cultura é superior à natureza.

Não só o trabalho das mulheres é desvalorizado, como também outras formas de reprodução da vida que estejam fora do padrão capitalista de consumo, tal qual economias de subsistência, economias biodiversificadas, cooperativas, iniciativas locais de trocas, dentre outras.

O modelo hegemônico capitalista é intrinsecamente insustentável, porque, entre outras coisas, prioriza a exploração dos recursos ambientais para produção de bens de consumo e não para a sobrevivência dos grupos humanos. Dessa forma, se assume uma concepção cultural da *pobreza*, que é entendida como *falta de padrões de consumo ocidentais* o que classifica sociedades de economias de subsistência como pobres e sociedades consumidoras como ricas. Contudo, ao contrário do que se imagina, esse não é o único caminho para o desenvolvimento, muito menos para a sustentabilidade. Existe uma diversidade de grupos humanos desenvolvendo relações outras com a natureza, por vezes menos destrutivas, que, no entanto, enfrentam o perigo de serem exterminadas em prol de um modelo único de desenvolvimento.

A crítica dos movimentos ecologistas de mulheres dos países do Sul vem se opondo a esse tipo de desenvolvimento unidimensional, por entenderem que através dele se reafirma as relações colonialistas entre Norte e Sul, na medida em que se acentuam processos de exclusão e pobreza, principalmente para as mulheres.

A luta pela valorização e continuidade das atividades de subsistência, trazida pelas mulheres, pode ser entendida como luta pela sustentabilidade, uma vez que reivindicam os meios pelas quais as comunidades podem ser autônomas para estar mais seguras e preparadas para enfrentar possíveis catástrofes ambientais, assim como cultivam a ideia da resistência comunitária frente à expansão dos interesses do capital nos territórios comuns. Os acúmulos dos movimentos ecologistas de mulheres e dos ecofeminismos complementam essa percepção, trazendo para o foco da questão ambiental a crítica ao sistema dominante capitalista, reducionista e patriarcal. Essa crítica se funda sob a perspectiva daquelas que sempre estiveram muito próximas da manutenção e da reprodução da vida, vivenciando cotidianamente os ciclos da natureza.

O artigo *Ecologia Política na Educação Ambiental e as potencialidades pedagógicas dos conflitos socioambientais*, de Anne Kassiadou e Celso Sánchez (2019), com a expectativa de aumentar o reconhecimento dos movimentos sociais e o fortalecimento de suas lutas ambientais, retoma a centralidade do conflito socioambiental no ato pedagógico, via de regra invisibilizado, mas essencial para a compreensão da natureza conflituosa perpassada por interesses e poderes desiguais entre os segmentos sociais.

Apontamos, aqui, um potencial a ser explorado, porque, de fato, é uma dimensão ainda muito pouco presente no campo prático da Educação Ambiental, considerando ainda a valorização da Educação Ambiental Crítica e o próprio engajamento ético-político no desenrolar do conflito socioambiental abordado pedagogicamente pela Educação Ambiental. Para os autores, nessas lutas emergem a condição central do debate social, quer seja, a reapropriação social da natureza, tendo em vista as distintas formas de existir no território, perpassadas por relações de opressão entre distintos grupos sociais. Condição necessária para tal tarefa, é a Educação Ambiental se nutrir dos pressupostos da Ecologia Política, asseguram os autores. E a noção de conflito socioambiental é aqui estruturante pois este fenômeno social, além de expressar as diferentes formas de uso, apropriação e distribuição dos bens naturais,

revela disputas sobre a possibilidade de viver e ser no mundo, o que impõe ao campo da EA a necessidade de refletir sobre a questão ambiental a partir da dimensão ontológica.

O artigo *Paleontologia e Educação Ambiental: possibilidades e desafios para o ensino e a justiça ambiental*, de Camila Neves Silva e Angélica Cosenza (2019), inova ao articular a paleontologia com a Educação Ambiental, uma relação com vínculos frágeis e ainda distante do debate acerca da questão ambiental. Inicialmente, as autoras frisam que muitos sítios paleontológicos se encontram em territórios demarcados por situações de conflito socioambiental, colocando em lados antagônicos mineradoras ou empreendimentos turísticos, e cientistas e comunidades locais. As autoras atestam que, além da carência de projetos sociais e educacionais que contribuam com a transformação social das comunidades residentes no entorno dos sítios paleontológicos, o que ali ocorre, em termos de Educação Ambiental, ainda é notadamente conservador.

Silva e Cosenza (2019) afirmam que a Paleontologia abordada pela Educação Ambiental deve constituir-se como uma forma de resistência às práticas pedagógicas desprovidas de conteúdos sociocríticos, articulando a pauta dos grupos sociais desfavorecidos e permitindo a criação de inteligibilidade recíproca entre diferentes lutas locais, criando alianças e processos para que possam ter lugar e prosperar. Ao resgatar memórias e saberes, a ciência paleontológica pode contribuir para uma educação mais reflexiva, e, especialmente, que estimule o sentimento de pertencimento ao território com a inclusão dos aspectos culturais do patrimônio.

O próprio uso dos territórios no tempo e no espaço, com todas as suas transformações, pode constituir-se num patrimônio cultural de grande valor, por meio da sucessão de paleoterritórios ao longo do tempo, onde sucederam as alterações na paisagem, em um processo de interação das sociedades humanas com o meio natural, em permanente processo de reconstrução ao longo do tempo. Nas palavras das autoras:

Entender que os saberes das populações pretéritas sobre determinado ambiente foram cruciais na construção da funcionalidade, composição e estrutura dos atuais ecossistemas, permite compreender que o próprio local em que se vive é, de certo modo, reflexo dos saberes tradicionais de populações pretéritas acerca de seu processo de sobrevivência (SILVA; COSENZA, 2019, s/p).

Nesse contexto, a Educação Ambiental Crítica permite conhecer a realidade histórico-cultural humana, repensando os limites sociedade-natureza e compreendendo que o atual modo de vida capitalista não é viável. Por fim, as autoras concluem que a Paleontologia, ao debater as alterações do planeta em tempos e espaços desiguais, expulsão de populações tradicionais com a chegada de empreendimentos desenvolvimentistas, contrabando de recursos naturais e outras desigualdades socioambientais, exige que a Educação Ambiental seja trabalhada, na escola e fora dela, como um processo estruturador de gestão, e não como um processo secundário, sinônimo de Divulgação Científica.

O trabalho *Identificando o racismo ambiental no espaço não formal*, de Vilma Rodrigues da Silva Aguiar, Juliomar de Jesus Cruz, Ezinete Moreira do Rozario, Marilena Cordeiro Fernandes de Jesus, Diogina Barata e Marcos da Cunha Teixeira, analisa o caso do Centro Cultural Araçá, que atende jovens em situação de risco social, propondo uma educação diferenciada, no município de São Mateus (ES). Ali, também está instalada uma Sala Verde, espaço destinado à promoção da Educação Ambiental. Os autores argumentam que a Educação Ambiental não pode se furtar de analisar, político-pedagogicamente, o racismo ambiental, posto que essa abordagem interdisciplinar não desvincula as questões sociais das ambientais. Os autores sustentam que essa perspectiva se enquadra na macrotendência Crítica da Educação Ambiental, exatamente essa que não abre mão da reflexão socioambiental, e a partir da Ecologia Política, onde é possível trazer o significado das relações de poder na sociedade e seus reflexos sobre a dinâmica do território e do ambiente.

O texto *Fogo no Quilombo: aceiro de resistência no cotidiano de Mata Cavalo*, de Carlos Roberto Ferreira e Michèle Sato, parte da metáfora do aceiro, uma técnica de prevenção contra o incêndio florestal, para entender as formas de defesa e denúncia das injustiças socioambientais na comunidade quilombola Mata Cavalo (MT), no encontro entre os biomas do Pantanal e do Cerrado. Mantidos na resistência em função da manifestação cultural herdada desde o início da comunidade, a noção de pertencimento é a raiz que firma toda luta sociopolítica. O quilombo de Mata Cavalo é compreendido como um território de identidades plurais, constituídas nas lutas e vivências que forjam sua história, como os embates pela posse definitiva da terra, com despejos e ameaças dos fazendeiros e grileiros da região.

Ferreira e Sato (2019) assinalam que, desde 1988, a comunidade de Mata Cavalo é reconhecida pelo estado do Mato Grosso como território remanescente de quilombos, mas os títulos das propriedades ainda não foram entregues aos moradores. Essa situação acaba gerando incertezas, insegurança e dor, submetendo a comunidade a um processo de espera que é marcado por ações constantes de desterritorialização, como a destruição de nascentes e minadouros, desmatamentos e incêndios.

O artigo descreve uma experiência que busca, por meio da cartografia do imaginário, com práticas artísticas e culturais, explorar caminhos que promovam a justiça ambiental, com a reconstrução da condição humana e a reinvenção da paixão. Mesmo se tratando de uma abordagem pós-estruturalista, com ênfase nos processos culturais, o debate posto sugere reflexões sobre as lutas sociais contra o capital pois, ao tratarem das subjetividades de grupos oprimidos e subalternizados de Mato Grosso, evidencia-se materialmente, as formas de expropriação do capital naquele território (FERREIRA; SATO, 2019).

3 O encontro presencial do GDP Educação Ambiental e Movimentos Sociais

O encontro presencial do GDP Educação Ambiental e Movimentos Sociais ocorreu nos dias 2 e 3 de setembro de 2019, com duração de duas horas cada (16h às 18h) e uma média de vinte participantes, incluindo estudantes de graduação e pós-graduação, docentes da educação básica e do ensino superior, educadores ambientais ligados a órgãos governamentais, ONGs e empresas. Durante os encontros presenciais, buscamos aprofundar o diálogo sobre as temáticas que foram identificadas nos textos e apresentações orais, examinando desdobramentos para a pesquisa em educação ambiental e movimentos sociais.

A natureza da Educação Ambiental que se promove no âmbito dos movimentos sociais foi a primeira temática abordada pelos participantes do GDP. O grupo destacou que se trata de um tipo de educação que se forja nas lutas socioambientais, alimentado por ações formativas no campo social e político. Ou seja, não se tratava de compreender os membros de movimentos sociais como sujeitos prioritários do processo educativo, mas, especialmente, como sujeitos coletivos que anunciam outros horizontes de possibilidades em suas lutas em defesa da vida, o que contribui para as reflexões sobre o lugar da Educação Ambiental nesse debate.

Destacaram que, ao integrarem os movimentos sociais, abraçando suas bandeiras de luta, as pessoas aprendem a ser subversivas e contestadoras, ocupando espaços democráticos para a reivindicação e defesa dos direitos, aprendendo sobre as questões ambientais numa perspectiva crítica. Assinalaram que esse tipo de educação assume um caráter rebelião, demonstrando uma enorme fertilidade para as diversas áreas da educação. Seria uma abordagem que supera o reducionismo e potencializa a experiência cidadã nos espaços democráticos, como conselhos e organizações comunitárias, onde ocorre uma ação coletiva pela garantia dos direitos.

Os participantes do GDP lembraram, também, a importância da participação dos movimentos sociais no campo da educação, que passou a ser uma área estratégica para alguns grupos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimentos dos

Atingidos por Barragens (MAB). Isso ocorre pelo potencial dos processos pedagógicos no desenvolvimento de formas de sociabilidade e consolidação de uma certa cultura política. Dessa forma, os movimentos sociais promovem a Educação Ambiental por meio de temáticas emergentes e agendas prioritárias e específicas para os seus grupos, como a agroecologia, no caso do MST. Promovem apropriações do debate ambiental, explorando o viés pedagógico dos conflitos. Assim, os movimentos sociais se tornam um campo de formação na luta, pois atuam coletivamente, compartilhando saberes no tempo e espaço das disputas pelos bens naturais. Lembraram que alguns movimentos sociais fazem Educação Ambiental, mas não a classificam com esse nome, talvez para diferenciar seu trabalho de uma Educação Ambiental outra, com visão conservacionista e isenta da luta ambiental. Compreender essa dinâmica é fundamental para constituir uma Educação Ambiental que se defina com esses movimentos.

A segunda temática emergente referiu-se aos processos metodológicos das pesquisas em Educação Ambiental com movimentos sociais. Os participantes destacaram a necessidade de investigar como os movimentos sociais direcionam os novos sentidos pedagógicos encontrados em suas lutas. Nessa perspectiva, os movimentos seriam considerados fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Esse tipo de investigação buscaria explorar o caráter formativo dos conflitos para os movimentos e suas respectivas comunidades. Processo em que seria fundamental observar as dinâmicas que são próprias de cada movimento social. Assim, a agenda do pesquisador exigiria abertura e sensibilidade para a adoção de metodologias capazes de acolher a pluralidade de saberes e, também, a dinâmica do compromisso político dos grupos nas lutas ambientais. Enxergamos, nesse ponto, mais uma potência para pensar a pesquisa na Educação Ambiental, até mesmo para ajudar na concretização do que Freire (2014a, p.139) coloca, ao afirmar que um processo de investigação deve necessariamente abandonar os esquemas estreitos das visões parciais da realidade, das visões “focalistas” da realidade, se fixando na compreensão da totalidade.

Citaram como exemplo a inclusão de membros dos movimentos sociais como participantes ativos das investigações e a construção dialógica dos resultados da pesquisa com as comunidades. Foi citado o caso das militivas da Zona Oeste do Rio de Janeiro, um grupo de mulheres que conduziu uma pesquisa comunitária, configurando o que uma das presentes chamou de *militância pesquisadora*.

Os participantes do GDP ainda enfatizaram que falta reconhecer formalmente os saberes produzidos por esses grupos, forjando novas relações entre pesquisadores das universidades, representantes dos movimentos e suas comunidades. Recomendaram, por exemplo, que os movimentos sociais participem ativamente dos próximos EPEAs, ocupando espaços de enunciação, onde seja possível compartilhar e visibilizar seus conhecimentos. Os participantes do GDP registraram que são poucos os artigos submetidos por movimentos sociais. A presença de representantes de diversos movimentos possibilitaria aos educadores ampliar suas perspectivas sobre questões ambientais, colaborando para o rompimento de antigos paradigmas.

Sugeriram que os organizadores dos próximos EPEAs procurem mobilizá-los nos estados onde o evento irá acontecer, ampliando os canais de comunicação e facilitando a participação como palestrantes e ouvintes. Destacaram que a presença dos movimentos no EPEA é muito mais uma necessidade nossa (dos educadores ambientais e membros de grupos de pesquisa) do que deles, o que exige uma postura aberta para pensar possibilidades de trabalho conjunto, viabilizando entrelaçamentos.

A terceira temática abordada durante os encontros presenciais do GDP versou sobre a aproximação entre a Educação Ambiental vivida no âmbito dos movimentos sociais e aquela realizada por professores da educação básica. O grupo destacou que muitos educadores ambientais continuam distantes das questões introduzidas pelo movimento de justiça ambiental e pela Ecologia Política. Há docentes que promovem uma Educação Ambiental descontextualizada e esvaziada do debate sociopolítico, pois desconhecem os conflitos

ambientais existentes nas comunidades onde trabalham. Os participantes do encontro ressaltaram que a colaboração dos professores da educação básica com os movimentos sociais deve ser retomada e valorizada pelo GDP. Enfatizaram que os professores devem ser estimulados a apresentar práticas pedagógicas desenvolvidas em parceria com os movimentos sociais durante o EPEA, revelando aproximações já existentes.

Durante os encontros presenciais também dialogamos sobre as relações de gênero, enfatizando o papel assumido pelas mulheres na Educação Ambiental promovida pelos movimentos sociais. Os participantes relataram suas experiências com marisqueiras, pescadoras, catadoras e margaridas, denunciando a patriarcalização do território, a privatização dos recursos por empresas lideradas por homens, a substituição da negociação com a comunidade pela negociação com lideranças masculinas e a chantagem do emprego – direcionado para o homem – que fortalecem o machismo, aumentam o estereótipo de dependência feminina, depreciam as condições materiais de vida das mulheres de comunidades tradicionais, promovendo a exploração sexual e a violência.

Mulheres de diversos grupos tem lutado contra essas condições, se engajando em vários movimentos sociais. A experiência dessas mulheres – que geram a vida e lutam pelo direito à vida – tem uma enorme potência pedagógica, que deve ser investigada à luz da Ecologia Política e da Educação Ambiental Crítica. Em sincronia com as temáticas abordadas nos textos, durante os encontros presenciais do GDP também foram retomados o papel da mulher nos conflitos ambientais e os ecofeminismos.

4 Sentidos interpretativos do GDP Educação Ambiental e Movimentos Sociais

Buscamos construir sentidos interpretativos das vivências no GDP por meio da articulação das temáticas que figuraram nos seis artigos e nos diálogos que construímos durante os dois encontros presenciais. Dois sentidos nos pareceram especialmente relevantes para o grupo. O primeiro refere-se à ação dos movimentos feministas como movimentos por justiça ambiental; o segundo, às aprendizagens que emanam das experiências dos movimentos sociais. Ambos sentidos reforçam a necessidade de práticas educativas contextualizadas aos territórios, de maneira que os acúmulos teóricos e práticos, desenvolvidos no contexto dos movimentos sociais e feministas, venham somar forças para as lutas emancipatórias.

Entretanto, ao levarmos em consideração as práticas sociais desses movimentos, sem cairmos em idealizações e romantismos, dar-se luz para as dinâmicas conflitivas intrínsecas aos seus processos sociopolíticos e, nesse sentido, o potencial educativo se encontra, também, nessas relações conflitivas, no ato da relação, pois as contradições e conflitos se revelam, igualmente, nesses movimentos e possuem, ao nosso ver, potências pedagógicas. Lembremos Paulo Freire que, ao insistir pelo ato de sonhar, nos alerta que é exatamente a partir das contradições que nascem os “sonhos coletivamente sonhados” (FREIRE, 2014b, p.15).

Esses movimentos sociais e feministas, ao enfrentarem os processos hegemônicos, evidenciam os casos de injustiças ambientais, no qual compreendemos que o enfrentamento dessas injustiças implica o combate a todas as formas de discriminação. Se a luta por justiça ambiental teve suas origens no combate ao racismo ambiental, nota-se que a mesma estrutura de poder que oprime o negro é a que oprime a mulher, o mesmo padrão de dominação que inferioriza o negro, atua, também, sobre a mulher e outros grupos historicamente excluídos, como os indígenas, pescadores e ribeirinhos.

Ávila (2010, p. 26) argumenta que na dominação da natureza pelo sistema capitalista está embutida a dominação das mulheres. Essa dominação opera no que Mbembe (2018, p. 41) chama de soberania do Estado Totalitário e da necropolítica, entendido por ele, como a capacidade do estado definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é, no qual encontramos diálogo com a questão da injustiça ambiental e com as bandeiras

dos movimentos ecofeministas. Pois o feminismo, ao questionar as formas desiguais de distribuição do poder na sociedade, coloca em xeque as raízes racistas, patriarcais e eurocêntricas do modelo de desenvolvimento econômico, atualmente guiado por visões ultraliberais, com resultados insustentáveis para a vida no planeta.

Segundo Malerba (2010, p. 19) “o feminismo reivindica que o mundo deve estar estruturado a partir de outra perspectiva, na qual as atividades de cuidado e manutenção (e, por consequência, da própria natureza que a mantém) estejam no centro da vivência em sociedade”. Tece uma dura crítica ao sistema capitalista, à mercantilização da natureza e à expropriação dos meios de vida das mulheres e suas comunidades. Dessa forma, os movimentos de mulheres, tal como a Marcha das Margaridas, são movimentos por justiça ambiental, pois denunciam a dominação feminina e da natureza; denunciam a necropolítica do capital; alertam para os limites do planeta; apontam para outras possibilidades de ser e estar no mundo; fomentam a produção de novas subjetividades; produzem uma pedagogia da luta, que pode inspirar e fecundar a educação ambiental.

Essas mulheres, ao se articularem em defesa de suas formas de vida e a reestruturação dos modelos de sociedade, se envolvem em conflitos socioambientais, fenômeno que necessariamente é expressão de práticas sociais de resistências e lutas. Compreendemos que os conflitos colocam em questão o direito à vida, denunciando que o modo de viver imposto pelo capital se impõe aos modos de viver de outros mundos e essa incompatibilidade implica na possibilidade do ser humano realizar seu papel de criador do mundo e de si mesmo, ou seja, o seu processo de humanização.

Ao seguir essa linha argumentativa, entendemos que o conflito revela tanto as relações de opressão e desumanização quanto as possibilidades de libertação e emancipação social e reside, justamente, nessa relação, mais um elemento para pensar no lugar da Educação Ambiental. Pois os processos educativos que elucidam e contribuem para criar condições de ruptura das relações entre oprimidos e opressores, criam possibilidades de os seres humanos realizarem-se plenamente, a partir da emancipação social. Ou seja, a negação das condições de desumanidade que foram impostas é um ponto crucial para a afirmação de suas lutas por humanização e a Educação Ambiental deve, necessariamente, favorecer esse movimento emancipatório.

Também, buscamos construir sentido sobre a ação pedagógica dos movimentos sociais, procurando compreender como esses movimentos criam oportunidades de aprendizagem essenciais à experiência cidadã em uma sociedade democrática. Gohn (2011, p. 333-334), assinala que os movimentos sociais são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes com caráter político-social. Assim, para examinar esses saberes, a autora destaca que “deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem”.

É, portanto, a partir dessas redes que podemos entender os elementos que produzem “as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo”. Ela destaca que a relação movimento social e educação existe a partir de ações práticas e pode acontecer de duas formas: “na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações”. Gohn (2011, p. 352-353) ainda destaca doze tipos de aprendizagens que podem ocorrer no interior de um movimento, durante ou depois da luta. São elas: aprendizagem prática, teórica, técnica instrumental, política, cultural, linguística, sobre economia, simbólica, social, cognitiva, reflexiva e ética.

Somando-se ao aspecto destacado, os movimentos sociais materializam por meio desses aprendizados questões importantes para o processo de formação dos educadores ambientais e para o campo da Educação Ambiental. Em destaque, salientamos a criação de instrumentos

populares de participação política, tal como o exemplo do Protocolo de Consulta Pública Popular do Povo Munduruku⁴, criado como forma de contrapor os modelos de consulta pública instituídos legalmente, no qual o movimento indígena, com o apoio do Ministério Público Federal, criou um instrumento de participação social propondo um formato específico para as reuniões de mediação dos conflitos socioambientais. O Povo Munduruku estabeleceu que: “nessas reuniões, nossos saberes devem ser levados em consideração, no mesmo nível que o conhecimento dos *pariwat* (não índios). Porque nós é que sabemos dos rios, da floresta, dos peixes e da terra. Nós é que coordenaremos as reuniões, não o governo” (MUNDURUKU, s/d, s/p).

Nesse sentido, para compreender a ação dos movimentos sociais na Educação Ambiental precisaríamos identificar suas redes de articulação, examinando as práticas cotidianas e interconexões com espaços político-pedagógicos, o que inclui as escolas públicas da educação básica. Também, seria a partir das redes que poderíamos identificar os fatores que produzem as aprendizagens e estabelecem elementos da cultura política, como a reflexividade e a ética. Percebemos, ao longo do GDP, que se trata de uma questão significativa para os trabalhos submetidos, que foi sinalizada nos debates, sendo um campo profícuo para futuros estudos.

E, nesse movimento analítico, destacamos que dos movimentos sociais emergem um conjunto de conceitos nativos e categorias de base popular que pautam as reivindicações sociais e suas redes de articulação, tornando-se elementos pulsantes para a politização de alguns debates no campo da Educação Ambiental. Como elemento de exemplificação, movimentos camponeses no território da América Latina reforçam suas posições acerca da *La luta por La vida, por La dignidad y por El territorio*⁵, propondo um outro léxico teórico que emerge das experiências de aprendizagens dos movimentos. Esse exemplo, por si só, demonstra que os discursos presentes nos movimentos sociais não estão descolados das questões objetivas e materiais da vida, e isso pode ser visto como um elemento potente em termos pedagógicos. Nesse sentido, vemos que a insurgência de determinadas categorias conceituais é determinada pela relação estabelecida entre o pensamento e a concretude da vida, aproximando-se do que Freire (2014a, p.51) defende: subjetividade e objetividade em permanente dialeticidade.

5 Considerações finais

No âmbito dos movimentos sociais encontramos uma forma distinta de se fazer e pensar a Educação Ambiental. Aí está a riqueza e a importância de se focar a EA que emerge no contexto dos movimentos sociais, porque ela conta outra história, que não é de revisão de hábitos de vida, mas de sofrimento pelas condições de vida que lhes fazem falta. Essa Educação Ambiental dos movimentos sociais mostra que a construção da sustentabilidade passa pelo desmascaramento das falácias do capitalismo e seus contos de carochinha.

A questão ambiental, aqui, não se reduz à adoção de novos comportamentos domésticos e privados, mas sobretudo à participação política na esfera pública em busca de conquista de direitos por um ambiente saudável. Este ponto de conclusão é amparado pelo corpo teórico da perspectiva crítica que permite a incorporação da categoria *totalidade*, favorável para revelar as condições de expropriação dos recursos ambientais, as contradições sociais e a indissociabilidade entre degradação ambiental e desigualdade social.

⁴ Documento disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/01/munduruku-final-2.pdf>.

⁵ Para aprofundar os conhecimentos sobre esse debate, sugerimos a leitura de Porto-Gonçalves, Carlos Walter. *Pela Vida, pela Dignidade e pelo Território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola*. *Polis*, Revista Latinoamericana, v. 14, n. 41, p. 237-251, 2015.

Somado ao contexto exposto, essa perspectiva permite uma aproximação com os debates em torno dos conflitos socioambientais considerando que esse fenômeno desmascara o perverso discurso ideológico que afirma que os problemas ambientais acontecem numa natureza *natural*, sem gente, sobretudo a gente *pobre*. Não adianta apenas tentar ser uma boa pessoa, ecologicamente correta; porque ainda haverá outras pessoas com um poder político e econômico descomunal e com uma pegada ecológica totalmente desproporcional, que, no limite, são os próprios atores sociais responsáveis pela manutenção do curso das coisas desse perverso sistema que opera na lógica predatória.

A Educação Ambiental hegemônica não ensina transgressão, posto que ela se pauta pela estabilidade e controle da ordem social instituída, exatamente para não estimular a dissidência subversiva. Definitivamente, não faz parte do repertório dos objetivos de aprendizagem dessa Educação Ambiental dominadora, a formação de sujeitos dotados de capacidade não apenas crítica, mas de reação, de contestação, de rebeldia contra o injusto. O educando, aqui, é literalmente treinado para ser passivo e disciplinado, apático até, mesmo diante de situações que exigem enfrentamento político da envergadura da objeção de consciência ou da desobediência civil. E chegamos a esse mundo mergulhado no caos climático, mas sem rebeldia e transgressão, salvo nesse lugar de resistência, que pode ser nosso bote salva-vidas.

Referências

AGUIAR, V.R. da S., CRUZ, J. de J., ROZARIO, E.M. do, JESUS, M.C.F. de, BARATA, D., TEIXEIRA, M. da C. Identificando o racismo ambiental no espaço não formal. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 10, 2019, Aracaju. *Anais...* Aracaju: UFS, 2019. s/p.

ARANTES, R.; GUEDES, V. (Orgs.). *Mulheres, trabalho e justiça socioambiental*. Recife: Edições SOS Corpo, 2010.

ÁVILA, M. B. “Mulher e Natureza”: dos sentidos da dominação no capitalismo e no sistema patriarcal. In: ARANTES, R.; GUEDES, V. (Orgs.). *Mulheres, trabalho e justiça socioambiental*. Recife: Edições SOS Corpo, 2010. p. 25-38.

FERREIRA, C.R., SATO, M. Fogo no Quilombo: aceiro de resistência no cotidiano de Mata Cavalão. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 10, 2019, Aracaju. *Anais...* Aracaju: UFS, 2019. s/p

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a.

FREIRE, P. *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, Mai./Ago., 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

KASSIADOU, A., SÁNCHEZ, C.P. Ecologia Política na Educação Ambiental e as potencialidades pedagógicas dos conflitos socioambientais. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 10, 2019, Aracaju. *Anais...* Aracaju: UFS, 2019. s/p.

MALERBA, J. A luta por justiça socioambiental na agenda feminista: visibilizando alternativas e fortalecendo resistências. In: ARANTES, R.; GUEDES, V. (Orgs.). *Mulheres, trabalho e justiça socioambiental*. Recife: Edições SOS Corpo, 2010. p. 13-24.

MUNDURUKU. *Protocolo de consulta pública*. S/d. Disponível em: <fase.org.br/wp-content/uploads/2016/01/munduruku-final-2.pdf>. Acesso 20 de janeiro de 2020.

MBEMBE, A. *Necropolítica*: biopoder, soberania, estado de exceção política de morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

OLIVEIRA, C.A.G., PELACANI, B., SÁNCHEZ, C.P. Movimentos ecologistas de mulheres e Ecofeminismos: alternativas e apontamentos para Educação Ambiental de Base Comunitária. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 10, 2019, Aracaju. *Anais...* Aracaju: UFS, 2019. s/p.

OLIVEIRA, T.A.B., FELDENS, D.G. Educação Ambiental, Justiça Ambiental e o papel da mulher na discussão de temas pertinentes ao desenvolvimento sustentável. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 10, 2019, Aracaju. *Anais...* Aracaju: UFS, 2019. s/p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Pela Vida, pela Dignidade e pelo Território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. *Polis, Revista Latinoamericana*, Santiago, v. 14, n. 41, p. 237-251, 2015.

SILVA, C.N., COSENZA, A. Paleontologia e Educação Ambiental: possibilidades e desafios para o ensino e a justiça ambiental. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 10, 2019, Aracaju. *Anais...* Aracaju: UFS, 2019. s/p.